



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005459-80.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Extinção da Execução**
 Embargante: **Ednir Fernando Pelози**
 Embargado: **Itau Unibanco Sa**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos

Ednir Fernando Pelози intentou Embargos à Execução movida pelo Itaú Unibanco SA, sustentando que a execução, lastreada em cédula de crédito bancário, não preenchia os requisitos legais, não sendo o título líquido. Ainda, disse que houve cobrança de juros em desconformidade com o contratado, e que o saldo devedor em conta corrente é objeto de outra execução.

Os embargos foram recebidos somente no efeito devolutivo (fl. 62).

Na impugnação aos embargos, o banco requereu a total improcedência.

O laudo pericial elaborado se encontra às fls. 174/232.

O embargante se manifestou às fls. 236/237.

Laudo pelo assistente técnico do banco às fls. 242/258.

Em alegações finais, o embargante requereu a procedência (fls. 265/266).

O banco, por sua vez, reiterou seus argumentos anteriores e pediu a improcedência (fls. 268/274)

É o relatório.

Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De início, não há que se falar que os créditos cobrados na execução ora discutida estariam abarcados por outra execução. Tratam-se de débitos distintos e o autor se limitou a mera alegação, sem nada comprovar, sequer exibindo a inicial do outro feito. Assim, fica de plano afastada a alegação, descabida, diga-se.

Respeitados entendimentos em contrário, me parece que em casos semelhantes, não pode o Judiciário ser paternalista a ponto de permitir o descumprimento da lei; explico: o art. 739 A, §5º, é claro ao informar que quando houver alegação de excesso na execução, a parte deverá apresentar o valor correto, inclusive com memória de cálculo, sob pena de rejeição liminar, o que deveria ter sido feito.

Como isso não se deu, pertinente a análise do mérito.

De início, a cédula de crédito bancário é título executivo extrajudicial, nos termos da Lei 10.931/04, sendo plenamente possível a execução em apenso, bastante diferente do que dito pelas embargantes.

Aliás, o art. 28, da lei de regência, é claro ao dispor que a certeza, liquidez, e exigibilidade acompanham o título, sendo desnecessários maiores argumentos para afastar as alegações dos embargantes, inclusive porque os documentos de fls. 08/14 e a planilha de evolução dos débitos (fls. 15/18), todos do apenso da execução, preenchem os ditames legais.

No tocante aos cálculos, o perito judicial contactou, à fl. 177, que o saldo devedor em 14/12/2012 era de R\$240.302,73 e, assim, visto que a perícia seguiu os ditames legais e as determinações do juízo, deve esse valor ser reconhecido como de débito até aquela data.

O trabalho do assistente técnico do banco de fls. 242 e seguintes, não rebateu os valores encontrados pelo perito do juízo e, assim, devem eles ser tidos por verídicos.

Julgo parcialmente procedentes os embargos para fixar

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

como saldo devedor, na data de 14/12/2012, o valor de R\$240.302,73, quantia que deve ser corrigida monetariamente até o pagamento, com juros moratórios de 1% ao mês contados da citação operada na execução.

Diante da pequena sucumbência do banco embargado, custas e despesas processuais serão suportadas pelo embargante, além de honorários advocatícios de 10% sobre o valor atualizado do débito.

Anoto, por muito oportuno, que diferente do que constou à fl. 142, o acórdão de fls. 138/139v. concedeu ao embargante o direito de diferimento do recolhimento das custas e despesas, e não a gratuidade; assim, tudo deve ser, agora, cobrado.

PRIC

São Carlos, 08 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**